

PMDB

JORNAL DO BRASIL

Bresser, se funcionar

Carlos Alberto Sardenberg
De São Paulo

O PMDB não tem política econômica. Tem objetivos a serem alcançados por uma política econômica formulada conforme as circunstâncias de cada momento. Ocorre que esses objetivos contêm tal grau de generalidade que deixam aberto amplo leque de alternativas políticas. Podem abrigar desde o desenvolvimentismo crau de Dilson Funaro até a proposta de crescimento moderado e racionalidade econômica apresentada pelo novo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira.

O que quer o PMDB? Quer desenvolvimento, crescimento do emprego e da renda, sobretudo dos assalariados. E quer isso já. Trata-se de um importante divisor de águas. Significa que o partido não aceita políticas de recessão e arrocho salarial, nem quando apresentadas como a fase dolorosa de um ajuste que propiciaria, no futuro, o desenvolvimento.

A partir daí, o PMDB começa a definir-se pela negativa. O partido não deseja inflação, não quer juros altos e não acha justo que o país tenha de pagar tanto juro pela dívida externa. E daí? Daí vai depender da linha escolhida e tocada pelo ministro da Fazenda de plantão e da capacidade política do presidente Sarney, do presidente Ulysses Guimarães e de mais um grupo de líderes maiores do PMDB para apoiar uma determinada alternativa econômica. Consideradas mais as limitações impostas pela realidade, são, como se vê, muitas variáveis a se combinar até que se chegue à política econômica efetiva.

Nem sempre a combinação tem resultado boa. Na verdade, a variada gama de possibilidades tem propiciado um comportamento errático do PMDB, o que causa prejuízos para o país e instabilidade para o governo Sarney, além de lançar o próprio partido em confusões. Assim, Funaro tornou-se o ministro do PMDB, embora não fosse militante do partido e tivesse sido levado para o Ministério da Fazenda por escolha pessoal de Sarney. Já Bresser Pereira, para cuja designação teve peso decisivo a ação partidária, é membro do diretório nacional do PMDB e, ainda assim, começou sob críticas de certos setores pemedebistas — os setores mais progressistas, para os quais pareceu suspeita a proposta de moderar o crescimento. E, contudo, toda a atividade política de Bresser em São Paulo esteve ligada aos setores mais modernos e progressistas.

A confusão não é apenas engraçada. Ela gera efeitos sérios. Por apostar na linha progressista de Funaro, em novembro do ano passado Ulysses rejeitou, considerando-a reacionária, a alternativa então proposta por João Sayad ao Cruzado II. Essa posição foi decisiva para que Sarney — paralisado entre duas propostas — enfim decidisse pelo Cruzado II, que se revelou o maior desastre econômico dos últimos anos.

O Cruzado II consistiu na imposição de impostos indi-

retos sobre o consumo de produtos considerados suntuários, como automóveis, combustíveis, cigarros e bebidas alcoólicas. A proposta Sayad prescrevia a imposição de poupança compulsória sobre salários (proporcional aos ganhos), sobre ganhos de capital e lucros de pessoas jurídicas. Poupança que seria devolvida ao cabo de alguns anos, com juros e correção monetária.

Pode-se discutir a eficácia da cobrança de impostos indiretos ou diretos. Pode-se discutir mesmo o que é mais correto — e aqui, aliás, a maioria das opiniões tende a optar pelo imposto direto. Mas não havia qualquer base para se considerar a proposta Funaro, que saiu, como progressista e a de Sayad como reacionária.

Como, então, Ulysses optou? Confiando nas pessoas, em Funaro e nos seus dois principais assessores, João Manoel Cardoso de Mello e Luís Gonzaga de Mello Belluzzo, antigos colaboradores do próprio presidente do PMDB. É compreensível a fidelidade do presidente do PMDB a esse tipo de compromisso. Não é compreensível que as decisões de política econômica se submetam a tais situações. Elas serão entretanto inevitáveis, na medida em que o PMDB não definir linhas mais precisas para a política econômica e para a administração do país como um todo. Afinal, nem a moratória, que agradou a tanta gente no PMDB, constava como proposta oficial do partido. Era uma coisa que a parte maior do PMDB almejava, mas não se animava a pôr no papel. Saiu, está bom.

E contudo o partido continua sem ter uma política para a dívida externa. Não vamos pagar nunca mais? Isso não, parece. Pagamos em que condições? Nada se sabe, de modo que o partido tanto pode assimilar o grito de Funaro ("nunca mais uma missão do FMI botará os pés por aqui"), como a proposta de negociação de Bresser Pereira em busca de um bom acordo. O PMDB não recomendou oficialmente o rompimento com o FMI. Assim, a rigor, não terá nada a opor se sair um acordo que preserve o crescimento econômico interno, este, sim, um ponto programático.

Como o partido também não define o ritmo de crescimento, tanto podem ser os 8% de Funaro quanto os 3,5% de Bresser. Não há, portanto, nenhuma base real para que o PMDB rejeite a gestão do atual ministro da Fazenda. O que não quer dizer que ele esteja a salvo.

A flexibilidade das linhas do partido tem um sentido. Confere poder quase ilimitado e pessoal às lideranças maiores do PMDB, seu presidente, seus líderes no Congresso, seus governadores. E nenhuma dessas lideranças estará disposta a assumir eventuais ônus da administração da economia, já que ela pode ser variada de um lado a outro. Para encurtar conversa: se funcionar, bem. Se não, procura-se outro ministro. Dependemos, pois, da capacidade teórica, conhecida, e política e administrativa de Bresser Pereira, a conferir. Que Deus o ilumine.